



MUNICIPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

EDITAL Nº 104/IX-1º/2006

(Moção de Saudação ao Protesto Geral de 12 de Outubro)

EU, JOSE MANUEL MAIA NUNES DE ALMEIDA, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE ALMADA

Faço público que na Primeira Reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de Setembro de 2006, realizada no dia 28 de Setembro de 2006, a Assembleia Municipal de Almada aprovou a seguinte Moção de Saudação:

MOÇÃO DE SAUDAÇÃO

A população portuguesa enfrenta actualmente uma situação verdadeiramente insustentável face ao quadro social e económico que se coloca para o presente e o futuro próximo. Ao cabo de um ano e meio de maioria absoluta e Governo PS, as políticas seguidas até agora representam uma ofensiva global dirigida aos direitos e conquistas sociais do povo português, e põem em causa mesmo características fundamentais do projecto e do regime democrático do Portugal de Abril.

O vasto conjunto de medidas que o Governo desenvolve e prepara, apresentadas ao país como “reformas estruturais”, revelam-se na verdade como contra-reformas profundamente negativas para os trabalhadores – com destaque para os jovens trabalhadores – para os reformados e pensionistas, para os utentes dos mais diversos serviços públicos e do Estado, desde a saúde à justiça, do ensino aos transportes públicos. O sentido das opções políticas aponta claramente para o agravamento da actual situação, já hoje tão gravosa e penalizadora para a população portuguesa, e relativamente à qual as populações do Concelho de Almada evidentemente não constituem excepção.

Num país que tem um dos mais baixos salários mínimos da União Europeia a 25, e em que o poder de compra dos salários e pensões de reforma caiu 8% nos últimos três anos, verifica-se o aumento do custo de vida e o encarecimento dos bens de



EDITAL Nº 104

primeira necessidade e dos serviços públicos. Portugal é o país da Europa onde os transportes públicos mais aumentaram no último ano, e o Governo prepara já um forte aumento do preço da energia eléctrica para o início do próximo ano. Neste quadro, evidencia-se a urgente necessidade de valorizar o Salário Mínimo Nacional e de o aproximar ao salário médio.

O nível das pensões de reforma e o próprio direito à Segurança Social pública, universal e solidária têm vindo a ser postos em causa e enfrentam graves ameaças para o futuro. Hoje coloca-se a perspectiva de um pacote de medidas que aponta no essencial para o aumento da idade da reforma, aumentando-se o nível geral das contribuições apenas dos trabalhadores. Por outro lado, introduz-se uma nova fórmula de cálculo de pensões, caminhando a prazo para a diminuição real do seu valor, prejudicando ainda mais as jovens gerações de trabalhadores.

O gravíssimo problema nacional do desemprego tem vindo a afectar mais de meio milhão de trabalhadores – mesmo que se pretenda ignorar muitos deles com alterações de estatística. Numa situação em que 58% dos desempregados não têm acesso ao subsídio de desemprego, é indispensável melhorar a protecção social neste domínio, em vez de a reduzir e dificultar como tem sido opção do Governo. Por outro lado, não podemos ignorar que a preocupante realidade do trabalho precário coloca um em cada cinco trabalhadores (e um em cada dois jovens trabalhadores) numa condição de emprego sem segurança nem perspectivas de futuro. Aos mais de 750 mil trabalhadores com contratos precários, juntam-se perto de mais 570 mil em regime de trabalho a tempo parcial.

A realidade do nosso país é marcada por graves violações dos direitos dos trabalhadores, com recurso a processos, discriminações, uso das forças de segurança como milícias patronais na mais flagrante ilegalidade, contando o patronato com a impunidade que resulta duma Inspeção Geral de Trabalho que não é eficaz e do bloqueio do acesso aos tribunais pelos elevados valores das custas judiciais e o nível irrisório do apoio judiciário.



EDITAL Nº 104

O que está em causa com estas opções é mais do que o cumprimento por parte do Estado das responsabilidades que lhe estão cometidas constitucionalmente: é também a natureza do próprio Estado, tal como saiu da Revolução de Abril. Na prossecução deste objectivo, o Governo apresenta a sua “Reforma da Administração Pública”, afirmando que é necessário racionalizar meios e tornar a “máquina” do Estado mais eficaz. Não está em causa a necessidade de reestruturar, modernizar, rentabilizar o aparelho do Estado, o combate à burocracia e a aproximação dos serviços aos utentes. Mas não são estes os traços essenciais das actuais políticas, quando se remete a componente social e as pessoas para um segundo plano, em nome da necessidade de redução de organismos públicos e do combate ao défice.

Estas orientações estão directamente relacionadas com o aumento das “taxas moderadoras” na prestação de cuidados de saúde, inclusivamente aplicando tais taxas a actos médicos (como internamentos de ambulatório e intervenções cirúrgicas) que em nada dependem da vontade dos utentes. Estão directamente relacionadas com a situação de ruptura em que se encontram, quer os serviços do Hospital Garcia de Orta – com destaque para as urgências – quer diversos centros de saúde do Concelho. Mas estão também directamente relacionadas com a redução da comparticipação dos medicamentos, num país em que os utentes mais pagam os custos com a saúde directamente do seu bolso (40% da despesa total).

Num momento em que as dez maiores fortunas do país registam um crescimento de 13%, em que grupos económicos, principalmente do sector financeiro, se orgulham de apresentar lucros com os níveis mais altos de sempre, e em que o Relatório do Banco de Portugal aponta para um aumento de cerca de 70% dos lucros da banca em 2005, impõe-se mais do que nunca uma mudança de rumo que consagre efectivamente o combate à injustiça, às desigualdades e à exploração.



EDITAL Nº 104

O Poder Local e os seus eleitos, também no Concelho de Almada, não estão nem podem estar alheados desta grave situação e destas preocupantes perspectivas. Quando as populações se confrontam com uma política anti-social, causadora de mais profundas desigualdades, de mais desemprego, de mais insegurança e mais pobreza, os eleitos autárquicos afirmam a sua posição de solidariedade para com as acções de luta e de protesto contra essas ofensivas, e a sua opção de estar ao lado das populações, dos trabalhadores, dos jovens, dos reformados, dos utentes dos serviços públicos.

Ciclicamente, a Assembleia Municipal de Almada, evocando datas de grande significado e alcance como o 25 de Abril e o 1.º de Maio, afirmou e afirma a defesa convicta e firme dos valores do Portugal de Abril, dos direitos e das conquistas do povo português, do regime democrático em todas as suas vertentes. Neste momento, levando à prática esses valores e esses princípios, os eleitos desta Assembleia saúdam e expressam a sua solidariedade e apoio às razões e aos objectivos que levaram a CGTP Intersindical Nacional a convocar para o próximo dia 12 de Outubro a acção de Protesto Geral pela Mudança de Políticas, associando-se à afirmação da urgente necessidade dessa mudança real e efectiva.

Assim, e face aos considerandos expostos, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Plenária em 28 de Setembro de 2006, ao abrigo e para os efeitos da alínea o) do n.º 1 do Artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, delibera:

- 1 – Saudar a acção de Protesto Geral pela Mudança de Políticas convocada pela CGTP Intersindical Nacional para o dia 12 de Outubro, pelas 14:30 horas, no Rossio, em Lisboa;
- 2 – Valorizar a importância e a justeza das razões essenciais anunciadas com esta acção de luta:



EDITAL Nº 104

- ⌘ A necessidade de combater as propostas do Governo sobre a Segurança Social;
- ⌘ A exigência da criação de emprego e o combate ao desemprego e à precariedade;
- ⌘ A resposta necessária às chamadas “reformas” em curso para a Administração Pública;
- ⌘ A luta pela melhoria dos salários dos trabalhadores portugueses, principalmente para os de mais baixos salários.

3 – Pronunciar-se pela urgente necessidade, também para o Concelho de Almada e as suas populações, de uma efectiva mudança de orientações políticas, no sentido do respeito e da defesa dos direitos e das conquistas sociais que configuram traços essenciais do regime democrático do Portugal de Abril.

POR SER VERDADE SE PUBLICA O PRESENTE «EDITAL» QUE VAI POR MIM ASSINADO E IRÁ SER AFIXADO NOS LUGARES DO ESTILO DESTE CONCELHO.

Almada, em 29 de Setembro de 2006

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(JOSÉ MANUEL MAIA NUNES DE ALMEIDA)